

ARTIGOS

CONQUISTANDO O ESPAÇO URBANO: ATUAÇÃO DA ONG AÇÃO MORADIA EM UBERLÂNDIA

*Júlio Cesar Meira**

RESUMO: Este tem como objeto de análise a ONG Ação Moradia, entidade privada vinculada à Igreja Católica que atua na área de desenvolvimento social, através de programas ligados à habitação, construindo moradias ou fornecendo tijolos ecológicos, além de oferecer cursos profissionalizantes e outras atividades de cunho social. Através da pesquisa, buscamos compreender não apenas a atuação da Ação Moradia, mas o problema da demanda de moradias em Uberlândia e o significado da casa própria como uma representação de acesso à cidadania, como uma conquista do espaço urbano, além de refletir sobre o papel do Estado no planejamento do ambiente urbano, no suprimento de moradias, e na construção dos equipamentos necessários ao bem-estar geral da população.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Desenvolvimento. Habitação.

ABSTRACT: This article is a version of the second chapter of the master's dissertation of the author and is subject to search the ONG Ação Moradia, private entity linked to the Catholic Church that operates in the area of social development, through programs related to housing, building houses or providing ecological bricks, besides offering professional courses and other activities of a social nature. Through research, we understand not only the work of Ação Moradia, but the problem of demand for homes in Uberlândia and the meaning of home as a proxy for access to their own citizenship, as a conquest of urban space, and reflect on the role the

* Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia (linha Política e Imaginário), graduado em História pela mesma Universidade. Professor da rede de Educação Adventista.

State in the planning of urban environment, the supply of homes, and construction of equipment necessary for the welfare of the general population.

KEYWORDS: Citizenship. Development. Housing.

Introdução

Um dos principais problemas do espaço urbano de Uberlândia na segunda metade do século vinte foi a falta crescente de moradias, motivado principalmente pelo ideal de progresso que fez com que milhares de pessoas tivessem se fixado na cidade, principalmente a partir dos anos de 1980, aumentando continuamente o déficit da habitação.

Wilma Ferreira de Jesus¹ nos mostra em sua dissertação que, em primeiro lugar, esse ideal de progresso não foi um fenômeno exclusivamente local, mas que acabou fazendo parte do imaginário de várias cidades médias do interior do Brasil, em busca de um referencial que lhes possibilitasse o crescimento econômico, reconstruindo, muitas vezes, seus próprios mitos fundadores. Em segundo lugar, que a questão habitacional em Uberlândia, além de representar uma dificuldade real para boa parte da população da cidade, representou, ao mesmo tempo, uma possibilidade de lucro para grupos políticos, na medida em que o próprio planejamento urbano foi feito para que os grupos que estavam no poder obtivessem dividendos políticos e econômicos.

Nas últimas décadas, o problema da moradia, bem como o do acesso pleno à cidade não foi resolvido, muito ao contrário, apesar deste ser parte constante das plataformas políticas de governantes nos diversos níveis da administração – local estadual ou federal. Por conta disso, vimos surgir desde o início da década-

¹ JESUS, Wilma Ferreira de. *Poder Público e Movimentos Sociais: Aproximações e distanciamentos. Uberlândia – 1982-2000*, Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2202, 157f.

da de 1990 dois fenômenos. O primeiro deles é a atuação de entidades privadas, financiadas ou não pelo Estado, que se propõem a preencher a lacuna da atuação estatal no âmbito da moradia; o segundo deles é o surgimento e crescimento cada vez maior de grupos derivados de movimentos sociais, alguns se constituindo integralmente enquanto movimento social, com bandeiras de reivindicação à moradia e ao planejamento urbano, derivados, tanto as entidades quanto os grupos reivindicatórios, em desdobramentos de fenômenos crescentes desde a década de 1970.

O propósito deste artigo é refletir sobre a ação de entidades privadas – ONGs – em Uberlândia, a partir da questão habitacional e do planejamento urbano, bem como o papel do Estado no suprimento de moradias e no financiamento dessas entidades, assim como discutir a representação da moradia no imaginário do acesso à cidade, na constituição da cidadania.

A metodologia empregada lançou mão de fontes orais, análise de fontes jornalísticas e da legislação normatizadora da relação Estado-ONG construída, bem como o estudo dos estatutos e documentos das entidades pesquisadas. Ainda em termos metodológicos, o recorte temporal da pesquisa abrange a década de 1980 até o ano de 2004, avançando ou retroagindo, sempre que necessário, para além dos limites estabelecidos. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2007 e 2008.

Entidades da Sociedade Civil e Movimentos Sociais em Ação

As Organizações Não Governamentais no Brasil fazem parte de um fenômeno relativamente recente, tornando-se visíveis dentro do processo de reorganização do Estado brasileiro nas últimas décadas do século XX, notadamente a partir de meados dos anos 1970 com os movimentos de redemocratização e, principalmente, após 1995, em que propostas de reforma estatal em boa medida derivadas de modelos externos passaram a ocupar a agenda política do governo nacional, em que as ONGs se tornaram parte importante.

O caso brasileiro do surgimento das Organizações Não Go-

vernamentais deve, no entanto, ser percebido a partir da perspectiva mais ampla, na medida em que não é um caso isolado, mas inserido num contexto internacional, se não concomitante, pelo menos contemporâneo, de participação cada vez maior de grupos da sociedade nas decisões de Estado, ao mesmo tempo em que este passa por reformulações e reformas, notadamente no que se convencionou chamar de matriz Neoliberal, numa perspectiva de enxugamento do Estado. Com a reformulação estatal dos anos 1990, principalmente dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, as entidades da sociedade civil finalmente vieram à tona, ao lado de outras que foram surgindo ao longo da década. Foi o momento de conceituação e fixação no imaginário popular do termo ONG.

Muitas entidades que atuam no município de Uberlândia e que se denominam ONGs atualmente, não começaram assim, muito pelo contrário. São oriundas de outras formas de organização social, filantrópicas ou caritativas, que após os anos de 1990 passaram a apropriar-se do termo como uma forma de legitimação, como estratégia de sobrevivência ou por ser mais representativo do ponto de vista institucional. De certa forma, o surgimento, crescimento ou propagação do fenômeno ONG não é possível ser descortinado sem levarmos em conta o emaranhado de relações entre as entidades e os outros agentes já instalados, nos espectros políticos e econômicos, constituindo-se como o campo difuso e nebuloso, principalmente quanto às práticas desenvolvidas.

Além disso, podemos também perceber a herança e filiação de muitas entidades com os movimentos sociais desde o final dos anos 1970 e início da década de 1980. De fato, a origem de tais movimentos tem uma semelhança muito grande com o surgimento de grande parte das ONGs. Uma das semelhanças geralmente apontadas é a relação do surgimento de uma entidade com situações reais e imediatas do cotidiano, condição também importante para a manifestação popular e o surgimento de alguns tipos de movimentos populares. Wilma Ferreira de Jesus, por exemplo, enfatiza:

a inexorável relação existente entre a situação de carência e o surgimento dos movimentos sociais, embora nem sempre estes tenham como pressuposto inicial a contestação da ordem conjuntural. Por visarem objetivos imediatos, em geral, esses movimentos são reivindicativos e cobram do Estado, representado principalmente pelo poder executivo (nacional, estadual ou municipal), ações efetivas para resolver determinados problemas coletivos.²

Esse entendimento de que a realidade dada é importante para o surgimento de ações e reconhecimento dos sujeitos sociais enquanto classe³ foi muito bem explorado por Eder Sader, quando nos convida a “pensarmos a realidade objetiva como o resultado das ações sociais que se objetivaram”.⁴ A análise de Sader é mais bem demonstrada na afirmação abaixo:

Ora, os sujeitos estão implicados nas estruturas objetivas da realidade. Se considerarmos que a chamada ‘realidade objetiva’ não é exterior aos homens, mas está impregnada dos significados das ações sociais que a constituíram enquanto realidade social, temos também de considerar os homens não como soberanos indeterminados, mas como produtos sociais.⁵

É importante salientar que Sader escreve no início dos anos

² JESUS, Wilma Ferreira de. *Poder Público e Movimentos Sociais: Aproximações e distanciamentos*. Uberlândia – 1982-2000, Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2202, 157f.

³ A noção de classe social que empregamos aqui é a de E. P. Thompson, que salientou a importância da experiência no fazer social, quando afirma que “a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”. THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, v. I – *A árvore da Liberdade*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 10 (prefácio).

⁴ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 47.

⁵ *Idem*, p. 45.

1980, época em que a atuação de Organizações Não Governamentais é pouco visível no Brasil, mas suas reflexões são de fundamental importância para entendermos a motivação por trás do surgimento de diversos tipos de agremiações sociais, todas pautadas pela realidade objetiva, pelas necessidades imediatas. Nesse ponto, há nítida convergência entre as pesquisas desenvolvidas por Sader, num grande centro, e por Wilma de Jesus, numa cidade interiorana, sendo que ambos investigam o surgimento dessas novas formas de organização social diferentes dos modelos tradicionais, ou seja, dos partidos políticos, sindicatos e Igreja, ainda que oriundos deles. Esses novos movimentos sociais desenvolvidos a partir de início dos anos 80 apresentam características diferentes daqueles movimentos tradicionais, e, como foi demonstrado acima, geralmente apresentam preocupações bastante pontuais. Apesar de ser importantes na construção de laços de sociabilidade baseados no coletivo social, muitos deles tem vida efêmera, sendo desativados tão logo alcancem a solução das reivindicações, tal como a instalação de uma creche, o asfaltamento de uma rua, ou a criação de um Centro de Convivência nos bairros; ou, quando não tem sucesso, em função da desmobilização de seus integrantes.

Ao mesmo tempo em que as Organizações Não Governamentais vieram à luz nas últimas décadas, outros movimentos sociais se consolidaram a partir de um nascedouro instável, principalmente tendo em vista as perspectivas de reivindicação que extrapolavam as dimensões espaço/temporal, apesar das preocupações localizadas que os originaram. Podemos nos referir assim a movimentos como o MST e seus derivados, não apenas aqueles ligados à luta pela terra, sejam quais forem seus motivos ideológicos, mas também os movimentos urbanos, como os sem-teto, reivindicando moradia ou protestando contra a dura realidade brasileira das cidades médias e grandes que não conseguem, por vários motivos, abrigar as suas populações.

Procurando traçar um paralelo entre o que se convencionou chamar de movimentos sociais e as Organizações Não Governamentais, que se constituíram identitariamente nos últimos vinte

anos, é possível concluir que aqueles, em sua maioria, apresentam como traço distintivo a ação reivindicatória e coletiva. Isso não significa dizer que sejam a prova cabal de uma politização madura, como gostariam muitos pesquisadores ou líderes sociais, mas normalmente são legitimados enquanto movimentos representativos dos interesses de um coletivo social. Ao contrário,

as ONGs não possuem um caráter representativo. À diferença dos sindicatos, das associações de moradores ou mesmo dos movimentos sociais, as Ongs não podem falar ou agir em nome de terceiros. Fazem-no somente em nome próprio.⁶

Isto porque a marca das ONGs, tal como a entendem muitos militantes e líderes desse tipo de entidade, é a da iniciativa particular, mesmo que em atuação política ou de assessoramento político-social. Por isso, uma ONG pode ser mobilizadora, mas não porta-voz de uma coletividade. Ou seja, num vocabulário economista, o fundador de uma ONG é um empreendedor político-social. Aliás, esse caráter militante nos campos político e social é um dos critérios exigidos pela Associação Brasileira de ONGs – Abong, para as entidades que desejam se associar a ela. Daí as orientações para que suas associadas

Mantenha compromisso com: *a constituição de uma sociedade democrática e participativa, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo; o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático; a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais e da justiça. Tenham caráter público em relação aos seus objetivos e ação.*⁷

Esse perfil das Organizações Não Governamentais é confir-

⁶ GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*, 3ª ed, São Paulo: Cortez, 2003, p. 58.

⁷ Abong, critérios para filiação. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em 14 out 2008, grifo nosso.

mado no próprio estatuto da Abong, que define que para uma entidade ser vista como ONG, ela deve ter:

compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.⁸

Frank Barroso, da ONG Cidade Futura⁹ concorda com a definição da Abong quanto ao papel político que uma entidade deve desempenhar para que possa ser considerada uma ONG, mas vai mais além ao defender autonomia total em relação ao Estado e ao Mercado. Para ele, uma entidade, seja que tipo de atuação tenha, deve sempre se pautar pela prática política. Para isso, não deve ter vínculos que inibam seu desempenho. Assim, defende que uma entidade não pode receber subvenções permanentes com o propósito de subsistência ou de remuneração de seus agentes. Que as mesmas podem ser solicitadas apenas em ocasiões pontuais, para algum projeto específico, mas não de filantropia ou de assistência.

Maria da Glória Gohn procurou classificar as ONGs a partir de seu perfil de atuação,¹⁰ percebendo que a ideia original da militância política estava sendo abandonada. O diretor da ONG Cidade Futura não concorda com essa perda ou diminuição do caráter militante, ao contrário, se vê como herdeiro das entidades precursoras que já atuavam nos anos 1960 e 1970 como assessoras dos movimentos sociais na luta contra a ditadura militar. Portanto, é enfático quanto ao papel de uma ONG ainda hoje: “É

⁸ Abong, Estatuto Social, Capítulo I - Da Denominação, Sede e Duração, artigo 2º. <www.abong.org.br>

⁹ Entrevista com Frank Barroso realizada em 20/02/2008. O Estatuto da ONG a define como “Instituto Cidade Futura”, mas utilizaremos a denominação original da entidade, ONG Cidade Futura, que é como Frank Barroso também se refere.

¹⁰ GOHN, Maria da Glória. *op. cit.* p. 12-14. Gohn classificou as ONGs em 4 segmentos: caritativas, desenvolvimentistas, cidadãs, ambientalistas.

pra organizar a luta”, afirma ele. Luta por direitos sociais, civis, políticos, por direito à cidade, à formação política, uso racional de recursos ambientais. Talvez isso explique a abrangência de atuação da entidade que dirige, indo da participação na redação do Plano Diretor da cidade, a luta pela moradia e transportes e a defesa da micro-bacia do rio Paranaíba.

Com isso, o que se constata é que a proposta de classificação apresentada por Gohn não leva em conta a dinâmica envolvida na construção dos projetos sociais dessas entidades. Tal como já alertamos em outro estudo,

As Organizações Não Governamentais surgem para resolver problemas imediatos, mas classificá-las dentro de segmentos fechados com base em atuação seria desconhecer a dinâmica social e as transformações das necessidades dos sujeitos. A experiência vivenciada durante a pesquisa demonstra que as entidades freqüentemente mudam o seu foco de atuação, de acordo com a necessidade das pessoas, não se limitando ao objetivo original para o qual foram criadas.¹¹

Voltando a atenção para as ONGs em Uberlândia, constatamos que a primeira menção no jornal Correio de Uberlândia sobre a atuação dessas entidades no município se deu início da década de 1990,¹² referindo-se à criação do Conselho da Criança na cidade, no qual, entre as entidades listadas como participantes nove são chamadas de entidades não governamentais – Aciub, CDL, Clubes de Serviços, Maçonaria, Conselho de Entidades Comunitárias –, Representantes dos Grupos Evangélicos, Aliança Municipal Espírita e Diocese de Uberlândia. Como se vê, inclui-se na denominação genérica “ONGs” entidades de classe, patronais e

¹¹ MEIRA, Júlio Cesar. *ONGs e Assistencialismo Religioso, Uberlândia – 1980/2004*. 2005 Monografia (Conclusão do Curso de História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2005, p. 19.

¹² Conselho da Criança começa a causar polêmica na cidade. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 27 out. 1990. Caderno Cidade, p.

religiosas, anteriormente chamadas pelo mesmo jornal de representantes das “forças vivas da cidade”.¹³

Não que o termo “Organizações Não Governamentais” fosse inexistente antes da década de 1990. Ele foi empregado oficialmente pela primeira vez em 1945, na Ata da criação das Nações Unidas.¹⁴ O artigo 71 declara que:

O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com *organizações não governamentais*, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas no caso.

Sem definir exatamente o que seriam essas Organizações Não Governamentais, o texto permite inferir que tais entidades já fossem conhecidas anteriormente, inclusive com a denominação atual – ONG – e como sujeitos sociais de atuação comprovada, mormente a possibilidade de atuação como consultoras,¹⁵ ou seja, com competência para não apenas atuar em determinada área ou função, mas para assessorar como especialistas as Nações Unidas.

Pesquisa do IBGE realizada em 2002 a partir de levantamento de CNPJ revelava que o fenômeno ONG era relativamente novo

¹³ Prefeito recebe hoje em seu gabinete representantes da forças vivas da cidade. Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia 20 abri 1983 “Forças vivas não serão ouvidas na atual administração municipal”. Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia, 14 set 1983. Caderno Cidade.

¹⁴ Também conhecida como Carta da ONU. Disponível em < www.onu.org.br.> Acesso em: 14 fev 2008.

¹⁵ Tony Judt destaca a participação da Fundação Ford na reconstrução da Alemanha, como uma das entidades consultoras dos aliados e da nascente ONU, além de ser, de acordo com o autor, a face visível da CIA em solo europeu. JUDT, Tony. *Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 234.

no Brasil, sendo que, das mais de 275 mil entidades existentes àquela época, mais de 238 mil haviam surgido entre 1991 e 2000.¹⁶ A mesma pesquisa demonstra que apenas cerca de 4% das entidades em atuação em 2002 haviam surgido antes de 1970, e poucas se autodenominavam ONG.

Portanto, as primeiras menções na mídia de Uberlândia às Organizações Não Governamentais datam da época da ECO-92, mas não dizem respeito a entidades da cidade, mas tratam mais precisamente das preocupações que o setor hoteleiro no Rio de Janeiro tinha quanto a alojar a quantidade de pessoas esperadas para o evento.¹⁷ Se as entidades de fato já existiam, eram sob denominações variadas, desde entidades da sociedade civil, entidades ou sociedades filantrópicas, até organizações sociais. A maioria delas já desempenhava exatamente as mesmas funções que mantêm atualmente, contando com subvenções e parcerias com o poder público, mas numa visão mais caritativa e menos de “promoção social”, terminologia mais recente e parte do novo vocabulário da “cidadania e inclusão social” presente atualmente nos estatutos de praticamente todas as entidades do gênero.

Atuando como interlocutores privilegiados da sociedade, apoiando, instrumentalizando e legitimando-se com os movimentos sociais, as entidades tornam-se referência como alternativa à militância política tradicional. Na hipótese de entidades representativas do setor, o crescimento e proliferação de instituições e entidades da sociedade civil seria um sintoma do amadurecimento político da sociedade civil, através de uma nova lógica de participação social, baseada no associativismo, que já teria sido preconizada por Tocqueville (arte da Associação).¹⁸ O cientista político José Pastore também faz a relação entre o surgimento das ONGs

¹⁶ As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002. 2ª ed. IBGE e IPEA, p. 25.

¹⁷ Eco 92 confunde setor hoteleiro, *Jornal Correio* em 07 mar 1991.

¹⁸ Hipótese corroborada pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), de acordo com o relatório: As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002. 2ª Ed. IBGE e IPEA, p. 10.

como nova forma de articulação social com o declínio de credibilidade dos sindicatos. Diz ele: “É interessante notar uma certa coincidência entre o ocaso dos sindicatos e a explosão das ONGs. Muitas ONGs ocuparam o vazio deixado pelos sindicatos”.¹⁹

Há hoje um número considerável de ONGs que atuam no setor da cidadania, da política ou dos direitos sociais, sem uma participação direta em ações efetivas. Funcionam como consultoras, exatamente como preconizado na carta da ONU (apesar de muitas não terem a menor ideia disso), ou como as primeiras entidades que participaram das lutas contra o regime militar. São entidades que apóiam e instrumentalizam outras entidades, setores da sociedade organizada, setores privados ou mesmo o Estado. Não estamos nos referindo às fundações, criadas a partir de contorcionismos jurídicos por empresas ou autarquias para alcançar uma margem maior de manobra com os orçamentos públicos e privados ou às legislações monolíticas; destas trataremos no próximo capítulo, quando estudaremos a legislação a respeito das ONGs.

Frank Barroso, acompanhando posicionamento da Abong, define para a Cidade Futura, entidade que representa, a participação política e a mudança social como elementos legitimadores e demarcatórios do campo de atuação. Provocado a respeito da inclusão ou não das ONGs no Terceiro Setor, Frank afirmou:

Muita gente que mexe com ONGs acha que é Terceiro Setor, porque aí, segundo perspectivas de trabalho, mercado de trabalho. Terceiro Setor, terceirização, é para entidade civil que tem interesse social, que vão atuar de forma concreta. Não concordo que ONG tem que ter... ser Terceiro Setor, que a perspectiva não é de gerar emprego para as pessoas que estão no movimento, pegar uma parte do mercado, do setor do trabalho. Nosso negócio é outro, a transformação (social).²⁰

¹⁹ PASTORE, José. Corporativismo das ONGs. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 09 maio 2000.

²⁰ Conforme entrevista realizada em 20 fev 2008.

O diagnóstico de Frank é que o Terceiro Setor tornou-se apenas mais uma faceta do setor produtivo ou estatal, por um lado representando outra possibilidade de fazer carreira profissional²¹ e, por outro lado, uma complementação do Estado no atendimento de questões pontuais, principalmente de teor assistencial e caritativo. Desse modo, também rejeita qualquer tipo de regulamentação quanto à atuação ou recebimento de subvenções, pois, de acordo com o que pudemos interpretar de sua entrevista, isto circunscreveria a atuação das entidades e colocaria a possibilidade real de controle sobre elas. Para Frank, é preciso demarcar conceitualmente o que é ONG e o que são as outras entidades, seja do Terceiro Setor, OS ou OSCIPs.²²

A Ação Moradia e o Problema da Habitação

Outros agentes atuantes em entidades de Uberlândia têm

²¹ A construção de uma carreira no Terceiro Setor, como o queiram conceituar, é uma possibilidade real e atrativa, como demonstram as ofertas de oportunidades de trabalho na principal rede virtual do Terceiro Setor (<http://www.rits.org.br>). Em relatório divulgado pelo IBGE em 2002, *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002, 2ª Ed. IBGE e IPEA* – num universo de mais de 275 mil entidades (sem as distinções que Frank ou Abong fazem, obviamente), constatou-se 1.541.290 pessoas assalariadas, sem considerar aquelas que estão de maneira informal ou são voluntárias.

²² Organizações Sociais (OS) é uma qualificação jurídica constituída pela lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que assim considera aquelas entidades que são “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde”. Já as OSCIPs são uma criação da Lei 9.790, de 1999, que qualifica como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) toda “pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social”. A rigor, a diferença entre uma OS e uma OSCIP é a possibilidade de remunerar os profissionais envolvidos com as entidades, incluindo conselheiros e diretores, desde que esta remuneração não se constitua em distribuição de lucros ou excedentes.

opinião diferente quando são questionados a respeito da demarcação de seu campo de atuação e da relação com o Terceiro Setor. Roberta Jamille,²³ relações públicas da Ação Moradia, tem duas certezas. A primeira é que a entidade em que atuava é de fato uma ONG; a segunda é que a entidade milita no Terceiro Setor, evocando sua própria trajetória de militante em entidades do Terceiro Setor, no Brasil e Europa.

A ONG Ação Moradia nasceu oficialmente em 23 de novembro de 2000 como entidade jurídica, de acordo com o portfólio da entidade. Em relação a essa transformação de uma entidade ligada à Igreja (Pastoral) em entidade jurídica ou Organização Não Governamental, a Ação Moradia faz um caminho muito semelhante a outras organizações, principalmente quando a motivação é financeira.

A Ação Moradia é representativa como entidade uberlandense que realizou seu processo de transformação a partir de um modelo de leitura da realidade a qual estava inserida. Ligada a projetos de habitação e desenvolvimento humano, a entidade não se enquadraria, em princípio, à demarcação da Abong, por evitar a ação política e por ser ligada, desde o princípio, à Igreja Católica. Nas palavras da atual presidente e fundadora, Eliana Setti, a ONG nasceu de fato como uma Pastoral da Igreja Católica, a partir de um trabalho de catequese, tornando-se ONG muitos anos depois. Eliana conta como surgiu a entidade:

Bom, todo o processo da.. iniciar, iniciar uma ONG começou em 1992 numa reflexão. Eu fazia uma reflexão com jovens, eu era catequista, e me incomoda muito a desigualdade social; e os jovens... eu falei: "cês querem seguir Jesus Cristo? Então... dezembro de 1992, nós fizemos um levantamento lá do assentamento do Dom Almir. Tinha dois assentamentos. Um grupo de família já morando em casas, e um grupo... bastante, mas bem grande, que era

²³ Roberta Jamille foi o primeiro contato com a ONG Ação Moradia, ainda em novembro de 2007. Atualmente, conforme a presidente da entidade, Eliana Carrijo, ela não faz mais parte do quadro de colaboradores.

o 2º, eles chamava Dom Almir 2, que eram os assentados. E fomos ler aquela realidade, não fomos fazer safári humano, fomos ver para compreender para ver qual é a proposta de Deus na nossa vida, sempre... olhar e continuar.²⁴

É inegável a construção de um discurso em que a mudança social desempenha papel central, mas o elemento legitimador no discurso de Eliana Carrijo é a beneficência social baseada numa missão religiosa. Seguir a Cristo, nas palavras dela, implica em ir até as pessoas, acercar-se de seus problemas e fazer o possível para minimizá-los. Esse discurso insere-se na ótica caritativa da Igreja desde o final do século XIX, quando da famosa encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII,²⁵ a partir da qual a Igreja passa a perceber o cotidiano dos menos favorecidos como uma problemática questão social, culminando, no Brasil, com a “opção pelos pobres” de uma parte da Igreja a partir da década de 1960. Obviamente é importante lembrar que a problemática social passa a fazer parte das preocupações da Igreja num momento delicado²⁶ e que dá início a um processo de minoramento dos efeitos do constructo social liberal, ao mesmo tempo em que busca evitar a inclinação ao socialismo marxista. Não há uma discussão política presente, muito menos uma discussão a respeito das causas do aprofundamento da desigualdade, salvo raras exceções, excetuando-se é evidente, as ações da Igreja latino-americana na segunda metade do século XX, e assim mesmo, de uma pequena parte dela.

O discurso de Eliana Carrijo evidencia a mesma preocupação social da *Rerum Novarum*. Ao longo da entrevista percebe-se uma referência constante a Deus, a Jesus Cristo e à missão de seus seguidores, numa perceptível construção discursiva legitimadora,

²⁴ Entrevista realizada pelo autor com Eliana Maria Carrijo Setti, presidente da Ação Moradia, em 08 jul 2008.

²⁵ Leão XIII. *Rerum Novarum*, 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983. A Encíclica *Rerum Novarum* data de 15 de maio de 1891.

²⁶ Sobre esse assunto ver: MEIRA, Júlio Cesar. *op. cit.*, cap. II.

uma “formalização do discurso”, nas palavras de Portelli,²⁷ destinada a convencer e, ao mesmo tempo, dar sentido à ação ao longo do tempo, uma forma de elaboração social de sua experiência transformada em memória.²⁸

A Ação Moradia foi por anos a Pastoral da Moradia. Mais tarde é que irá tornar-se uma ONG. Eliana descreve a transformação da Pastoral em ONG como um processo natural, dado o aumento da atuação da pastoral, o afluxo de voluntários e a necessidade de profissionalização e de maiores recursos:

E aí que veio, assim, no meu coração, desejo de ter muito dinheiro na mão, muito. Eu falei com Deus, eu falei: “eu quero muito dinheiro”. Porque até agora com nossas pejejas, com carnezinhos, com colaboradores, com voluntários, nós conseguimos fazer um bom desenvolvimento nesse local. Com mais dinheiro na mão nós vamos ampliar nossas ações, nós vamos fazer muito melhor.

Aí eu reuni os agentes da Pastoral e fiz a proposta de fundar uma organização de captar recursos para ampliar suas ações; aí então nasceu a Ação Moradia.²⁹

A Ação Moradia realiza tarefas que deveriam ser da alçada do Estado, ao largo das instituições estatais ou como parceira executora de políticas públicas, o que caracteriza uma aproximação com movimentos sociais. Wilma Ferreira de Jesus faz uma observação a respeito de alguns movimentos sociais que pode ser aplicado *ipsis literis* às ONGs. Afirma ela: “Não raro essas organizações acabam por desempenhar tarefas que são do Estado devido a sua ausência no sentido de resolvê-las”.³⁰ Essa assertiva coloca

²⁷ PORTELLI, Alessandro. O Momento da Minha Vida: Funções do tempo na história oral. In: FENELON, MACIEL, DE ALMEIDA, KHOURY (Org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’água, 2004, p. 297.

²⁸ KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História. In: FENELON, MACIEL, DE ALMEIDA, KHOURY (Org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’água, 2004, p. 118.

²⁹ Entrevista com Eliana Carrijo Setti, presidente da Ação Moradia, em 08 jul 2008.

³⁰ JESUS, Wilma Ferreira de. *op. cit.* p. 44.

a Ação Moradia exatamente dentro da descrição de Terceiro Setor elaborada por Frank Barroso (e rejeitada por ele para sua entidade). Executora de obras do Estado, o que a aproxima dele, tornando-a dependente de subvenções e repasses financeiros ou instrumentais, e do Mercado, uma vez que necessariamente tem que contratar os profissionais que deverão executar os projetos.

Em relação à primeira observação, é possível perceber no portfólio da própria entidade que, entre os seus parceiros e associados, o Estado, em nível federal ou local,³¹ é um dos principais. Como objetivos principais de atuação, a entidade destaca construção, cidadania e conhecimento, segurança alimentar, capacitação profissional e geração de renda,³² sendo que os principais programas de seu leque diversificado de atuação são financiados por meio de recursos públicos, via governos municipal e federal.³³

A segunda observação refere-se ao Terceiro Setor como um complemento ao Mercado, canalizando recursos humanos e ajudando a diminuir o desemprego das últimas décadas. O portfólio da Ação Moradia informa que a receita total da entidade obtida em 2007 foi de R\$ 529.605,88. Do valor total informado, R\$ 227.419,74 (42,90%) foi recebido na forma de subvenções públicas; R\$ 43.375,37 (17,44%) foram doações de empresas particulares, agências e fundações privadas; R\$ 69.581,76 (13,14%) vieram através de doações de pessoas físicas; e R\$ 112.964,65 (21,33%) foi fru-

³¹ Os parceiros atuais da Ação Moradia, de acordo com seu portfólio de apresentação são IAMAR, Monsanto, BrasilFoundation, Prefeitura Municipal de Uberlândia, ONG Moradia e Cidadania e Governo Federal.

³² Portfólio atual da ONG Ação Moradia, na rubrica "Histórico".

³³ Como veremos a frente, a principal atuação da Ação Moradia está na área de habitação, assim como a ONG Cidade Futura. Mas enquanto esta busca a mobilização dos sujeitos sociais e agentes da sociedade civil por entender ser este tema um direito, a Ação Moradia envolve-se em projetos de construção e reforma, intermediando recursos com uma atuação pontual e focalizada. Sua principal vitrine, o Conjunto Residencial Monte Alegre, construído em mutirão com uma de suas "invenções", o tijolo ecológico, foi em parceria com a Prefeitura de Uberlândia (doação dos terrenos e construção da urbanização básica) e com o Governo federal, através da Caixa Econômica Federal, atendendo apenas cinquenta famílias.

to de arrecadação com festas e vendas de artesanatos e produtos diversos. Mais da metade da receita de 2007 da Ação Moradia, ou seja, R\$ 268.837,33, foi gasto em pessoal, seja através de salários diretos, bolsas e ajuda de custo, ou de encargos trabalhistas, o que classificaria a entidade facilmente como uma pequena empresa privada de prestação de serviços terceirizados.

Refletindo sobre situação similar, Maria da Glória Gohn observa que as ONGs “Introduziram novidades institucionais à medida que se apresentaram como executoras de atividades de interesse público fora da máquina governamental, com custos menores e mais eficiência”.³⁴ Evidentemente que a questão da eficiência é passível de uma discussão mais aprofundada que extrapola os objetivos deste artigo, mas a questão dos custos pode ser pensada a partir das facilidades que a Lei 9.790/90 instituiu, ao criar a figura jurídica do “Termo de Parceria”, dispensando as entidades do processo formal das licitações na contratação de seus serviços, além da isenção fiscal e tributária que as mesmas auferem por se enquadrarem, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, na categoria de entidades de utilidade pública.

Deixando de lado a questão dos custos e da eficiência das ONGs, interessa-nos aqui refletir sobre o papel dessas entidades enquanto executoras das atividades de interesse público, normalmente inseridas dentro das políticas públicas oficiais. Sobre esse aspecto, Evaldo Vieira faz uma distinção importante entre poder político e políticas públicas, essencial para a compreensão da matéria em questão. Segundo ele, poder político tem relação com o monopólio por parte do Estado do aparelho da repressão, ou monopólio da violência. Se esse monopólio é legítimo ou é empregado de forma legítima ou não, é outra discussão, não obstante, para o autor,

Quando falam em “políticas” (política social, política econômica, política fiscal, política tributária, política previdenciária, política edu-

³⁴ GOHN, Maria da Glória. *op. cit.* p. 59.

cacional, etc.) estão falando de estratégias governamentais. As estratégias governamentais pretendem intervir nas relações de produção (no caso da política econômica) ou intervir no campo dos serviços sociais (no caso da política social).³⁵

No caso específico das políticas públicas relacionadas às políticas sociais, cabe reconhecer que no Brasil as mesmas se encontram na Constituição Federal como Direitos Sociais e de responsabilidade direta do Estado, sendo a Constituição Federal de “Constituição Cidadã” exatamente por buscar criar as bases de um Estado que oferece proteção social efetiva para todos, como vimos no primeiro capítulo. Tal iniciativa, porém, normalmente esbarra numa realidade diferente proposta no campo político-jurídico. Analisando as políticas públicas do Brasil e da América Latina, nos anos de 1990, Evaldo Vieira observa que:

o Estado de Direito existe no nível jurídico-político, fundamentado em um Estado que se diz democrático-liberal, fazendo funcionar uma Constituição. Porém, ele não mobiliza a sociedade em função dos serviços sociais e nenhuma democracia se sustenta por muito tempo, sem o mínimo de democratização da sociedade.³⁶

Tal constatação leva à percepção de uma intervenção estatal pontual e emergencial, desarticulada, longe de ser política de Estado permanente, o que abre campo para a intervenção de outras instituições e entidades, da Sociedade Civil ou religiosa, ou pela ação do Mercado através de construções de *marketing* como a Responsabilidade Social Empresarial, contribuindo, portanto, para a ampliação do fosso que separa o Estado do cidadão, gerando, conseqüentemente, o sentimento de que a busca por soluções para os problemas cotidianos, destarte a redação constitucional, passa ao largo da atuação oficial.

³⁵ VIEIRA, Evaldo. Estado e Política Social na década de 90. In: NOGUEIRA, F. M. G. (Org.). *Estados e Políticas Sociais no Brasil*. Cascavel: Edunioeste, 2001, p. 18.

³⁶ *Idem*, p. 19.

É possível perceber isso na fala da presidente da Ação Moradia, ao referir-se à preocupação principal da entidade – habitação – desde o seu surgimento, como já reportamos no excerto da entrevista sobre a origem da ONG. A *Questão Habitacional* foi a base da mobilização inicial e, paulatinamente, estabeleceu-se como um discurso de intervenção social, por iniciativa voluntária e caritativa, nada contribuindo, porém, para uma discussão maior da habitação como flagelo social generalizado ou de possibilidades de superação pela atuação política coletiva. Ainda hoje, e apesar da diversificação das atividades da ONG, a questão habitacional ainda é central na sua atuação.

Não obstante, o problema de moradia em Uberlândia não se restringia, obviamente, aos moradores do Dom Almir, muito menos ao momento histórico do surgimento da Pastoral da Moradia sob a direção de Eliana Setti. Desde o início da década de 1980 o principal jornal da cidade, o *Correio de Uberlândia*, noticiava a respeito do problema, mas com enfoque nitidamente diferenciado. Em matéria do início da década de 1980, o jornal afirmava ser legítima a aspiração da população por moradias, mas destacava o esforço do conjunto de autoridades – municipais, estaduais e federais – e dos “setores representativos da comunidade” (leia-se: entidades patronais, industriais e do comércio) para suprir em tempo recorde a falta de habitações.³⁷ No mesmo mês, o jornal revelava a preocupação do governo local com o aumento das favelas na cidade e com a disposição de se erradicar de vez com esse “mal”, construindo o conjunto Promorar, para onde seriam transferidos os favelados.³⁸ A mesma matéria informa que o documento com as propostas de erradicação das favelas seria enviado para consulta aos representantes dos setores da comunidade: autoridades, religiosos, imprensa, clubes, entidades de classe e patronais. A consulta pública aos movimentos sociais organizados e ao conjunto

³⁷ Acesso à Moradia, uma legítima aspiração, matéria publicada. *Jornal Correio de Uberlândia*, 14 nov 1980.

³⁸ Documento de intenção para erradicar de vez as favelas de Uberlândia. *Jornal Correio de Uberlândia*, 18 nov 1980.

de moradores das próprias favelas não é cogitada, uma vez que estes não são considerados “representantes” de nenhum setor da sociedade. A “voz” dos moradores das favelas será ouvida por ocasião das chuvas que provocaram aumento das águas do Rio Uberabinha, causando, conseqüentemente, o desalojamento dos moradores das favelas ribeirinhas; vozes estas “atrevidas e acintosas”, no dizer do jornalista:

A enchente provocada pelas chuvas no rio que corta a nossa cidade, fizeram crescer o volume das águas e muitas casas localizadas nas margens estavam totalmente alagadas, obrigando, mais uma vez, *a teimosa população ribeirinha a sair às pressas de seus casebres anti-higiênicos e sem nenhum conforto* (e ainda alguns chefes de família que ali residem, *afirmam atrevida e acintosamente* que não vão sair dali para irem residir nas casas do Promorar, porque o conjunto fica longe da cidade).³⁹

Ou seja, os “atrevidos” moradores das margens do Uberabinha não aceitavam sair de suas precárias moradias porque entendiam que o local definido para os conjuntos habitacionais projetados para eles era muito longe do centro da cidade, de seus locais de trabalho e dos equipamentos essenciais de saúde, educação e lazer. Wilma Ferreira de Jesus lembra que um dos motivos de se construir conjuntos habitacionais para populações de baixa renda em Uberlândia ser tão longe do centro da cidade é a especulação imobiliária, praticada por agentes públicos ou em associação com estes, além, é claro, do processo de profilaxia necessário para o imaginário progressista em construção.

Em reportagem de 26 de maio de 1991 no jornal Correio, o presidente da Associação dos Mutuários e moradores de Uberlândia expõe outro problema, ao afirmar que: “A questão da moradia em Uberlândia está um caos. Estão construindo verdadeiros ‘pom-

³⁹ Rio Uberabinha expulsa mais uma vez a população de suas margens. Jornal *Correio de Uberlândia*, 04 fev 1983, Grifos e sublinhados acrescentados.

bais' para financiamento a quem ganha até três salários mínimos, que são o cúmulo do absurdo".⁴⁰

Além do problema do tamanho das residências, a mesma reportagem alerta para outros problemas, principalmente de infraestrutura básica – saneamento, luz, calçamento – além de defeitos estruturais na construção das moradias, que estavam provocando depreciação acelerada e prematura nas residências, motivo de preocupação de moradores e de mobilização da Associação dos Mutuários. Em visita ao setor de habitação da Prefeitura de Uberlândia,⁴¹ constatamos que os imóveis destinados à população de baixa renda continuam parecendo pombais, com casas em torno de 46 m² e apartamentos com 40 m², além da distância ainda ser um fator complicador, já que o conjunto residencial mais próximo está a cerca de 8 km do centro da cidade, no mínimo.

No entanto, aquela população das margens do Uberabinha, “atrevida e acintosa”, é tratada como flagelada, ou seja, apenas vítima de desastre natural, e o jornalista termina sua “cobertura”, afirmando:

A Defesa Civil espera nova ajuda da população para com os moradores flagelados, já abrigados e assistidos desde a tarde de ontem, que somente após baixarem as águas do Rio Uberabinha, terão condições de voltar para as margens *onde se localizam os casebres construídos contra a lei*.

Na realidade as favelas e demais problemas da cidade não representam problemas em si mesmos, apenas são sintomas do crescimento da cidade, de seu “desenvolvimento e grandeza”,⁴²

⁴⁰ Casas para quem ganha pouco parecem pombais. Jornal Correio de Uberlândia, de 26 maio 1991,

⁴¹ Visita realizada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, realizada em 01 set 2008.

⁴² Em coluna publicada em 21 jan 1982, intitulada “Uberlândia começa a pagar o preço de seu desenvolvimento e grandeza”, patrocinada por um dos responsáveis talvez por essa grandeza, o Frigorífico Ômega, Luis Fernando Quirino afirma, entre outras coisas: “Estamos começando a pagar o preço do desen-

além de contribuírem para macular a imagem progressista que Uberlândia, assim como outras cidades brasileiras, construiu a respeito de si mesma, imagem esta ratificada e retro-alimentada pelos meios de comunicação, pelos atores políticos da cidade e, surpreendentemente, pelos próprios moradores da cidade. A imagem de progresso de Uberlândia é de tal forma construída, que a situação dos menos favorecidos acaba sendo creditada desfavoravelmente a eles próprios, ao não introjetarem valores caros à comunidade progressista, como o trabalho e a perseverança.

Apesar de o discurso da Ação Moradia lastrear-se na conscientização, resgate da dignidade, justiça social, é perceptível que estes somente poderão ser adquiridos a partir do esforço pessoal, como demonstrado no último parágrafo de seu histórico:

AAção Moradia não adota uma filosofia assistencialista, sendo assim todos os benefícios oferecidos são conquistados pela comunidade. Os projetos visam mostrar novos caminhos e provar que com perseverança é possível uma vida com mais dignidade. O grande desafio da Instituição é a conscientização de cidadania e a luta pela justiça social.⁴³

A vitrine do trabalho da Ação Moradia em Uberlândia e a demonstração visível de seu projeto de “conquista de benefícios” é o Conjunto Residencial Monte Alegre, construído em regime de mutirão, em parceria com os governos municipal (doação dos terrenos e infra-estrutura de saneamento e urbanização) e federal, através da Caixa Econômica Federal (financiamento dos imóveis). Alba Valéria de Menezes,⁴⁴ uma dona de casa que mora com seus

volvimento e da grandeza. Mas nenhum de nós está arrependido. É o preço justo que nos custa uma vida melhor, numa cidade que tem tudo, numa Uberlândia que não se desumaniza, mas cresce com amor e confiança na capacidade de trabalho de seus filhos”.

⁴³ Portfólio Ação Moradia.

⁴⁴ Alba Valéria de Menezes, dona de casa, moradora da Rua Laudelino Rodrigues Ferreira, 150, no Residencial Monte Alegre, é casada e tem dois filhos. Concedeu depoimento em 05 de ago 2008.

dois filhos e o esposo no Residencial⁴⁵ e que participou de todo o processo de construção, dá um depoimento de como foi participar do projeto e chama a atenção para a falta de equipamento educacional, uma vez que no novo residencial não há escolas para atender a população, que já passou das cinquenta famílias iniciais, para quase seiscentas.

A escola mais próxima, porque minha menina já estuda, ela já tem sete anos, então a escola mais próxima é a Odilon, lá no Seringueira, lá em cima. A não ser a Odilon, ou é a parque São Jorge ou a, outra lá em cima, no São Jorge também; então próxima, mais próximo mesmo é a, a Odilon. Então! de escola tá, tá deficitário, creche também não dá, a não ser que a pessoa possa pagar uma escolinha, uma creche, para colocar as crianças, num...tá fácil não!

Jane Ferreira,⁴⁶ outra moradora do Residencial, também participou da construção do conjunto habitacional desde o início, e não exita em apontar a falta de equipamentos de lazer e educação, assim como de saúde, como os principais problemas do bairro. Questionada sobre o que faltaria ao Residencial para melhorar, Jane afirmou: “Ah!, escola né, principalmente a escola, uma praça, uma coisa assim, que não tem, os postos de saúde é no bairro vizinho, também não tem, então tudo é mais longe.”

A moradora Sueli Ferreira,⁴⁷ mãe de três filhos, também destaca a distância da escola como um problema: “A escola que é muito longe; é lá em cima e tem que levar os dois pra escola. Os dois estuda, mas fora disso, eu gosto daqui”. Além da escola,

⁴⁵ Na edição do Guia Sei 2009, o Conjunto Residencial Monte Alegre faz parte do bairro São Jorge, próximo do entroncamento do anel viário com a Rodovia BR 050.

⁴⁶ Jane Martins Fernandes Ferreira, dona de casa, moradora da Rua Maria Vieira Teles, 135, no Residencial Monte Alegre, é casada e tem três filhos. Concedeu depoimento em 05 ago 2008.

⁴⁷ Sueli Tatiane Ferreira, dona de casa, moradora da Rua Sueli Lopes da Silva, 210, no Residencial Monte Alegre, é casada e mãe de três filhos. Concedeu depoimento em 05 ago 2008.

Sueli deixa transparecer sua preocupação com a segurança dos filhos, a quem não os deixam sair de casa desacompanhados, o que por si só deve ser um problema para crianças pequenas, morando numa casa com menos de cinquenta metros quadrados. Questionada sobre a estrutura do Residencial, para além das questões de educação, ela afirma que a estrutura é:

Ah... assim, mais ou menos, mais ou menos, né. Porque aqui, assim... Como eu posso falar... têm muitas famílias, assim... sei lá, os meninos, têm muitos meninos que é muito custoso, então certo tipo de coisa eu não deixo os meus meninos saírem pra fora, né, fica só aqui dentro aqui, porque aprende muita coisa errada né, mas, assim... em termos disso, pra mim aqui é bom.

Na medida em que a conversa flui com os entrevistados, podemos perceber que os problemas nesse Residencial, que na verdade já é quase um bairro em formação, vão mais além dos equipamentos escolares, de lazer, de segurança ou de saúde. Alba⁴⁸ levanta mais dois problemas, sobre os transportes e asfaltamento das ruas.

O transporte chega até, na Serra do Mar, lá em cima, já vi falar, que tem projetos do ônibus descer, o (ônibus da linha) 326, descer aqui embaixo, também igual eu falo só projeto, porque certeza a gente não sabe, a mesma coisa o asfalto. Eu não sei se eles estão esperando o asfalto ou o quê, que eles estão esperando, para que o ônibus desça. Tem as duas linhas mais próximas, que é a São Gabriel e a São Jorge passam próximas, passa lá cima, no asfalto lá em cima, mas é, não falta graças a Deus, mas, se chegasse mais embaixo aqui, se ficasse mais próximo ficaria melhor.

Além de Alba, Aparecido de França⁴⁹ é outro morador a men-

⁴⁸ Alba Valéria de Menezes, dona de casa, moradora da Rua Laudelino Rodrigues Ferreira, 150, no Residencial Monte Alegre, é casada e tem dois filhos. Concedeu depoimento em 05 ago 2008.

⁴⁹ Aparecido Mendes de França, autônomo, morador da rua Maria Vieira Teles, 155, no Residencial Monte Alegre, é casado e tem dois filhos. Concedeu depoimento em 05 ago 2008.

cionar o asfaltamento das vias do bairro como um problema, principalmente na época das chuvas. Segundo ele, a urbanização

Pode melhorar, né. Que nem, no ato do asfalto, né. [...] inventaram o asfalto ali mas, ali não é asfalto não né? Ali não pode dizer que é asfalto, principalmente depois que fazer o asfalto eu creio que vai ficar melhor, entendeu, tá bão, mas tem possibilidade de ficar melhor né?

De todos os depoimentos colhidos, três pontos aparecem com destaque nas falas dos entrevistados.

O primeiro deles é referente à Ação Moradia. As observações foram em geral positivas, em relação à intermediação da entidade com os poderes constituídos e postulantes às residências, à proposta de construir em regime de mutirão e a assistência pós-construção. A respeito da atuação da entidade e dos outros agentes envolvidos no processo, Alba afirma que:

Eles é... dentro do projeto, eles deram todo o apoio, quanto a mestres-de-obras, engenheiro tinha da parte de obra nossa, que era da levantação, do mutirão e não acabou no mutirão, porque muitos começaram, mais, não sei se não viram o futuro ou o que aconteceu não seguiram em frente, mas, eles, o que puderam oferecer de..., de estrutura, o pessoal da Caixa estava aqui sempre, os mestres-de-obras tava aqui, a engenheira, todo o pessoal, que eles podiam fazer. Porque eles não deixavam fazer, que eles não deixavam fazer um nada errado, se você tivesse fazendo parede e tivesse um problema errado, eles cortavam, eles diziam, isso aqui não pode ser feito assim, pra que depois não tenha problema em dizer, ah! eles deixaram fazer errado o que eles puderam fazer de orientar de não deixar ser feita a coisa errada, eles fizeram.⁵⁰

Sueli também confirma a assistência da Ação Moradia e das

⁵⁰ Depoimento de Alba Valéria de Menezes, *op. cit.*

outras pessoas envolvidas no projeto durante o processo de construção. Para ela, a assistência era permanente durante essa fase:

Direto, assistência assim, é, sobre o material das casas, por exemplo, que eles tinham que dar mesmo! Eles vinham aqui, vinham aqui, como por exemplo, o Dedé vinha aqui, é o mestre de obra né, ver como tava indo, se tava errado fazia de novo, né, isso aí, eles ajudava a gente, isso aí.⁵¹

Além disso, de acordo com Alba, mesmo depois da construção ter terminado e as casas entregues, a assistência da entidade permaneceu:

sempre eles estão vindo, algum problema que seja, que toca, que ocorra, que o momento que a gente esteja aqui, se a gente procurar, eles tenta ajudar o jeito que pode, claro que também tem que ter o limite né! mais, se um problema, que possa saber orientar, que ele possa arrumar, que seja, porque depois, que a gente entrou é claro, que fica tudo a cargo da gente, mas um problema relativo ao projeto que, que seja a solução, que só eles possam dar, se a gente procurar, eles tentam ajudar o melhor eles podem.⁵²

Mas essa assistência pós-construção pode ser colocada em perspectiva a partir da fala de dois depoentes, dando-nos pista de que, na verdade, era uma forma de preservar o próprio investimento. Aparecido de França, por exemplo, avalia que o acompanhamento acontece “enquanto a gente tiver em débito”. Já Sueli Ferreira vai mais longe e afirma que não percebe nenhuma assistência ou apoio adicional. “Pelo menos em casa eles não vêm aqui” oferecer apoio. Para ela, a presença ocasional de agentes da entidade se explica em termos pecuniários também, como já exposto por Aparecido. Conclui Sueli: “Eles só vêm aqui no dia de

⁵¹ Depoimento de Sueli Tatiane Ferreira, *op. cit.*

⁵² Depoimento de Alba Valéria de Menezes, *op. cit.*

trazer o boleto, da que pagar né... ,a coisa, a casa, mas fora disso nem vejo eles”.

O segundo ponto relevante no discurso dos depoentes é em relação à vida sofrida que levavam antes de participarem do projeto. No depoimento de Eliana Carrijo Setti, presidente da Ação Moradia, vimos que a entidade começou seus projetos com assentados na ocupação do hoje bairro Dom Almir e que a assistência prosseguiu quando parte deles foram realojados no Seringueiras. Se fizéssemos uma investigação minuciosa da origem de cada família do Conjunto Residencial Monte Alegre, encontraríamos muitas similitudes entre eles e os assentados do tempo do Dom Almir e Seringueiras, mas poucos deles realmente são originários desses assentamentos. Na verdade, de todos os entrevistados, apenas Jane Ferreira admitiu ser oriunda do Seringueiras, mas ainda assim por morar na casa da sogra, esta sim, com sua família, moradora do assentamento original desde o começo. Imigrantes, a maioria veio a Uberlândia em busca do sonho da cidade, cuja imagem difundida cria a ilusão do progresso e do pleno emprego. Acabaram em bairros longínquos, pobres, com poucos recursos e em subempregos, formais ou informais.

O terceiro ponto que emerge das narrativas é a importância dada à casa própria como possibilidade emancipatória, de um direito alcançado, enfim, de “vencer na vida”, uma vez que como proprietários são agora pertencentes de fato à comunidade. Jane Ferreira resumiu bem a importância desse valor socialmente assimilado, ao afirmar que “só de saber que eu to na minha casa própria, é um sonho realizado, uma experiência boa demais”.⁵³ Todos os problemas narrados, de antes, durante e depois do processo, da distância percorrida até o trabalho, da falta de equipamentos essenciais em uma comunidade em formação, tornaram-se parte da epopéia da conquista do imóvel, doravante um legado material e imaterial⁵⁴ a ser repassado aos filhos.

⁵³ Depoimento de Jane Ferreira, *op. cit.*

⁵⁴ Portelli afirma que a narrativa da experiência é uma arma contra o esquecimento e constitui-se ela própria como a memória do acontecido, tornando-se

Considerações finais

A participação da ONG Ação Moradia na construção do Residencial Monte Alegre se deu nos momentos iniciais – selecionar as pessoas, realizar o projeto das moradias, fornecer os materiais, sendo que todas as casas foram erguidas com os chamados tijolos ecológicos, produzidos pela ONG –; na disponibilização dos profissionais – engenheiros, arquitetos, mestres-de-obras – que supervisionaram as obras; na supervisão da construção das casas que, numa alusão ao dito popular do “ensinar a pescar”, tinham que ser feitas pelos próprios moradores ou por pessoas por eles contratadas;⁵⁵ e na fiscalização e acompanhamento posterior, durante o período de pagamento.

Mas a execução do projeto revelou-se mais problemática do que a sua concepção, uma vez que, para muitos moradores, foi extremamente difícil conciliar o trabalho com a construção da casa. Outros tiveram que contratar mão-de-obra e como o orçamento era curto, várias casas demoraram muito a ser feitas ou o resultado final não ficou como era esperado. Muitos abandonaram as casas durante o processo. E, como efeito colateral e adverso, a presidente da ONG, conforme seu próprio depoimento, foi processada judicialmente por três pessoas, por problemas na estrutura das casas (dois) e por tentar criar um vínculo empregatício resultante do trabalho em mutirão. Processos estes, garante ela, vencidos pela instituição.

Essa experiência dos moradores na participação do processo de construção da casa própria é importante de ser pensada, também, como um processo relevante de construção e reelaboração

“a identidade do narrador e o legado que ela ou ele deixa para o futuro”. PORTELLI, Alessandro. O Momento da Minha Vida: Funções do Tempo da História Oral. In: FENELON; MACIEL; ALMENIDA; KHOURY. (Org.) *Muitas Memórias, Outras Histórias*. p. 296.

⁵⁵ Pretendia-se com isso diminuir os valores dos imóveis a condições satisfatórias para o público-alvo, famílias com renda de até três salários mínimos. Conseguiu-se em parte o objetivo, uma vez que as prestações dos imóveis ficaram em cinquenta e seis reais mensais, durante setenta e dois meses (seis anos).

de significados, constituindo-se enquanto uma memória passível de ser congelada na narrativa. Essa reelaboração parte de um processo social próprio e dinâmico, no qual os sujeitos, atuando ativamente ou se colocando de forma passiva, redimensionam o seu próprio lugar social. Por isso mesmo, para os profissionais da História, o diálogo com fontes orais se torna extremamente relevante. Como afirma Yara Khoury, “procuramos trabalhar as mútuas relações entre a história e a memória, assim como refletir sobre as implicações subjacentes aos procedimentos do historiador ao construir um conhecimento que também se institui como memória”.⁵⁶ Nesses termos, a posse da casa própria bem como a narrativa construída em relação a ela devem ser entendidas como elemento catalisador fundamental de mudança de vida e, por que não, de *status* social. É por isso que as narrativas incorporam um elemento divisor, antes e depois da casa própria. A vida sofrida de antes; uma nova vida depois.

Os depoimentos permitem-nos perceber que, se pouca coisa mudou efetivamente em termos práticos, em termos simbólicos a mudança foi significativa, na medida em que a posse do imóvel representou a incorporação e o acesso à própria cidade. A elaboração da própria realidade a partir de um evento específico, o acesso à casa própria, possibilitou a criação e reelaboração de novas significações para a vivência cotidiana.

A Ação Moradia é uma entidade ligada a uma vertente religiosa. Além dela, uma publicação on-line, o Cadastro Nacional das ONGs,⁵⁷ listou em Uberlândia outras cinquenta e sete ONGs com orientações religiosas, dentre elas, igrejas evangélicas, católicas, pentecostais, protestantes ou afro-brasileiras. A lista de subvenções da Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho – SMDS –, da Prefeitura de Uberlândia,⁵⁸ traz uma relação

⁵⁶ KHOURY, Yara Aun. *op. cit.*, p. 117.

⁵⁷ De acordo com o Cadastro Nacional das ONGs (Fonte: <http://www.ibts.org/cno>) em pesquisa realizada em 02 jun 2008, havia em Uberlândia 109 ONGs cadastradas.

⁵⁸ Disponível em <www.uberlandia.mg.gov.br/secretaria>, acesso em 16 out 2008.

de mais de cento e sessenta entidades beneficiadas com subvenções em dinheiro, para pagamento de custeio operacional, salários, projetos específicos ou em alimentos e produtos de higiene e limpeza. Dessa listagem, mais da metade das entidades são ligadas a algum culto religioso, de vertente e orientação variada, apesar de a lei municipal que regulamenta a concessão de subvenção em Uberlândia enfatizar que “é vedada a concessão de subvenção social [...] (a) cultos religiosos ou Igrejas”.⁵⁹

O que podemos perceber é que a transformação de agremiações informais em ONGs possibilitou o acesso a fontes de financiamento público ou privado, como demonstra o depoimento de Eliana Setti, da Ação Moradia, já reportado anteriormente, sobre os motivos que a fizeram transformar uma Pastoral Católica em uma ONG, quais sejam, ter muito dinheiro.

Uma ação pragmática, portanto, semelhante àquelas adotadas por tantas outras entidades que puderam assim se capitalizar para realizar suas atividades. Frank Barroso, da ONG Cidade Futura relata a experiência de outra entidade, Periferart, assessorada pela Cidade Futura em sua gênese:

*Então, qual é o objetivo deles? É conseguir, ter, fazer, ter personalidade jurídica, organizar a ONG, organizar a comunidade, fazer eventos, arrecadar recursos, pra poder conseguir legalizar a entidade, vai lutar pelo terreno, e aí, do terreno vai conseguir parcerias, né, do setor privado, pra poder construir o espaço.*⁶⁰

As entidades ligadas a cultos religiosos são invariavelmente do tipo assistencialista ou filantrópico, a despeito de negativas de alguns de seus líderes, como a presidente da Ação Moradia já mencionada. Estas são maioria entre as entidades que recebem

⁵⁹ Artigo 6º, alínea I da Lei nº 5775, de 2 de junho de 1993, alterada parcialmente pela Lei nº 8794, de 19 de agosto de 2004. O artigo referido não foi alterado na nova redação da lei de subvenções.

⁶⁰ Depoimento de Frank Barroso, diretor executivo da ONG Cidade Futura, concedido em 20/02/2008. (Grifo do autor).

subvenções, pelo menos em Uberlândia, como mostra a lista da SMDS e as pesquisas efetuadas.⁶¹ A mais antiga das instituições ainda a ganhar subvenções do governo municipal é a Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia, Icasu⁶² que, apesar do nome, declarou, ao promulgar seu balanço de 1979⁶³ que “não é religiosa, mas representa a comunidade”, o que não é novidade, uma vez que quase toda instituição filantrópica confessional não admite ser instrumento de suas controladoras.

Recebido em março de 2009

Aprovado em abril de 2009

⁶¹ A pesquisa em arquivos privilegiou uma fonte, o jornal Correio de Uberlândia, não por ser mais confiável, mas por ser o mais acessível e o principal, em termos de circulação, para o recorte temporal proposto.

⁶² A respeito da Icasu, ver: MACHADO. M. C. T. *A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Urbano Burguês: Assistência Social Institucionalizada (Uberlândia – 1965 a 1980)*. 1990. 317 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo USP, 1990.

⁶³ Jornal Correio de Uberlândia, em matéria de 16 jan 1980: “Foi um Ano de Grandes Realizações nas Obras Assistenciais da Icasu”.